

As duas Casas dos horrores

Depois de ter flagrado alguns dos seus mais notáveis representantes na latrina da Comissão de Orçamento, e de ainda não ter se abalado com o fedor exalado da convivência com os parlamentares denunciados, o Congresso Nacional ras-teja, agora, a caminho dos últimos onze meses da atual legislatura, num repugnante lodaçal de interesses domésticos e corporativistas.

É uma inacreditável opção preferencial pelo suicídio político, em que as vítimas não são apenas os *picaretas*, os *vagabundos*, os *safados* referidos por vozes do povo como Lula, Hebe Camargo e Dercy Gonçalves, mas a própria imagem de uma instituição muito cara à democracia como o Congresso.

Não é só o aumento de salários que os deputados aprovaram para si e para os senadores, pela banguela de um veto presidencial, mas o conjunto de medidas com que a atual representação parlamentar desenha como retrato de si própria a cara de um monstro político com dentes de vampiro para melhor sugar o dinheiro do contribuinte, com orelhas de burro para não dar ouvidos à indignação das ruas, e com olhos de tarado para fixar como objetivo da política o próprio gozo, e não o interesse do país.

É a política dos políticos, e não a política da sociedade, como define com propriedade o deputado Paulo Delgado (PT-MG). Manter a obrigatoriedade do voto nas eleições, por exemplo, é causa própria. Mesmo com o voto obrigatório, esta representação que está aí foi eleita apenas por pouco mais da metade do eleitorado. A metade que compareceu à força votou nulo ou em branco. Se cai a obrigatoriedade, desaba também a pouca vergonha. Para ir às urnas, o eleitor terá que ser cativado, e não chicoteado em sua cidadania.

Empurrar com a barriga a votação da quebra da imunidade parlamentar em casos de crime comum é proteger-se sob o guarda-chuva da impunidade. Um deputado que assassina alguém não pode ser processado sem a licença que a Câmara jamais concede. A imunidade se irradia em outros escalões. O governador Cunha Lima, da Paraíba, deu um tiro na cara de seu inimigo Tarcísio Burity, e nada lhe aconteceu.

Manter o quórum de maioria absoluta nas apreciação de projetos é referendar o calendário de ineficiência elaborado pelo vexame de sessões plenárias apenas de terça a quinta, e quase sempre

com votação somente às quartas.

Nem quando lhe foi oferecida a oportunidade de extinguir o nada o Congresso se mexeu: manteve as figuras de suplen-te e vice. A marca registrada deste Congresso era, um dia desses, a faxina moral. Destituiu um presidente corrupto e investigou com profundidade a sua própria corrupção.

Agora, a marca é a manutenção ou a ampliação de privilégios. Demora a cassar os corruptos que identificou em seus próprios quadros e ao mesmo tempo protege de perdas salariais os salários dos parlamentares, antes de decidir sobre as perdas salariais dos trabalhadores. Da mesma maneira se pode entender a derrubada de outros vetos presidenciais para conceder novos aumentos aos servidores públicos.

O pior da tragédia da atual representação parlamentar é que o aumento salarial que ela se deu seria justo, no mérito e na ponta do lápis, se não estivesse sendo flagrada na vadiagem do plenário vazio e das votações emper-radas.

Mais patético é enrolar-se no próprio bolso, dando-se um aumento sem ver a cor do dinheiro: o veto só cairá mesmo se o Senado tiver coragem, como a Câmara, de derrubá-lo. Como a votação na Câmara foi secreta, sequer os 54 deputados que rejeitaram o aumento podem ser identificados para uma galeria de honra. E os 289 que compareceram ao plenário para aprovar o aumento tornaram-se sócios dos parlamentares gaze-teiros: uns difamam o Congresso tanto quanto os outros.

Foi um desgaste absolutamente desnecessário e de inteira responsabilidade das Mesas do Senado e da Câmara. O presidente do Senado, senador Humberto Lucena, já cometeu desatinos suficientes para justificar a sua interdição. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, tão aplicado na preservação de sua própria biografia, não preserva tanto a imagem da instituição com a definição que fez dela: um terço trabalha, um terço comparece sob chicote e o outro terço perdeu o endereço do Congresso.

Lucena e Inocêncio são a cara de um Congresso que perdeu a referência de grandes líderes e de partidos organizados, e que há alguns anos escolhe os seus dirigentes pela força clientelista adquirida na quarta secretaria, que cuida dos apartamentos e móveis dos parlamentares, e na primeira, que trata do funcionalismo.